

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
GOIÁS
Câmpus Formosa

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

GISELE NUNES SIQUEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DOCENTES NAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE FORMOSA - GO**

FORMOSA – GO
2015

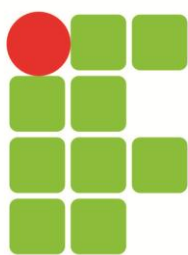
GISELE NUNES SIQUEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DOCENTES NAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE FORMOSA - GO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Formosa, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Biologia.

Orientadora: Prof^ª Me. Lucy Mirian Campos Tavares Nascimento.

FORMOSA - GO
2015



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
GOIÁS
Câmpus Formosa

GISELE NUNES SIQUEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DOCENTES DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE FORMOSA - GO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Formosa, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Membros da Banca

Prof.^a Me. Lucy Mirian Campos Tavares Nascimento
Orientadora IFG-Formosa

Prof.^a Me. Dagmar Dnalva da Silva Bezerra
Prof.^a. Departamento de áreas acadêmicas IFG-Formosa

Prof.^a Me. Kaithy Chagas Oliveira
Prof.^a. Departamento de áreas acadêmicas IFG-Formosa

Dedico este trabalho de pesquisa a todos os que me ajudaram durante a sua elaboração: professores, amigos, meus pais, meus irmãos, meu marido e minha filha.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que está acima de todas as coisas.

À minha mãe e a minha comadre Maria Helena, que me ajudaram com a Isadora durante todo o meu curso.

Aos meus irmãos (Josimar Nunes Siqueira (Jota), em memória) e ao meu pai, que sempre me motivaram quando me encontrava desaminada.

Ao meu esposo, por aguentar minhas crises nervosas e estar sempre do meu lado.

À minha pequena e amada filha Isadora.

À minha orientadora, por sempre me mostrar o caminho a ser seguido.

“Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que triste os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!”

Mário Quintana

RESUMO

Esse trabalho de pesquisa pautou-se em um estudo de caso de caráter descritivo, exploratório e qualitativo, que buscou perceber os desafios encontrados pelos professores da rede municipal de ensino da cidade de Formosa-GO, quanto ao atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) das séries finais do ensino fundamental. Para conseguirmos compreender esse problema, definimos os seguintes objetivos: traçar o perfil dos professores que trabalham com alunos com NEE; identificar quem são os alunos com NEE atendidos pelos professores; identificar as estratégias adotadas pela instituição e pelos docentes para atender aos alunos com NEE e identificar as principais dificuldades encontradas pelos docentes nesse atendimento. A pesquisa fundamentou-se nos trabalhos de Mantoan (1993, 1997, 2003), Sassaki (2002, 2009), Tardif (2014) e nas legislações vigentes sobre a educação inclusiva: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Constituição Federal (CF), Políticas Nacionais de Educação Especial (PNEE), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Plano Nacional de Educação (PNE), Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica, apoiados em Schenaidner (2012), Freire (2002) e outros autores para enriquecimento da pesquisa, a fim de abranger o tema educação inclusiva e suas implicações. Elaboramos entrevistas semiestruturadas para abordar os desafios encontrados pelos professores das séries finais do ensino fundamental, que atuam nas escolas municipais de Formosa-GO, frente à temática educação inclusiva. Por meio da análise dos dados, constatamos que 95% dos professores são licenciados e são mulheres, sendo que 52% deles são pedagogos e apenas 26% deles têm formação específica para trabalhar com alunos com NEE. A inclusão é percebida como inserção dos alunos na escola, sendo as NEE compreendidas apenas como aquelas relacionadas às limitações físicas e intelectuais. Apesar do discurso docente de que os professores estão preparados para o atendimento aos alunos com NEE, outras informações nos apontam a falta de formação e capacitação profissional dos professores, bem como a inexistência de materiais e espaços adequados a esse atendimento, indicando a necessidade de melhor se discutir a inclusão nas escolas municipais, a formação docente e estratégias adequadas para o atendimento aos alunos com NEE.

Palavras-chave: Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Docente. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This research work was based on a descriptive case study, exploratory and qualitative, which sought to understand the challenges faced by teachers of municipal schools in the city of Formosa GO, as service to students with special- educational needs (SEN) elementary school final grades. To be able to understand this issue we draw the following objectives: to outline the profile of teachers working with pupils with SEN; identify who the students with SEN attended by teachers; identify the strategies adopted by the institution and by the teachers to meet pupils with SEN and identify the main difficulties encountered by teachers in this service. For the construction of the theoretical framework of the research, fundamented the work of Mantoan (1993, 1997, 2003), Sasaki (2002, 2009), Tardif (2014) and current legislation on inclusive education: National Education Guidelines and Bases Law, Federal Constitution, National Special Education Policy, National Curriculum Standards, National Education Plan, National Guidelines for Special Education and Elementary Education. In addition, we make use of the contributions of Schenaider (2012), Freire (2002) and others, to cover the subject inclusive education and their implications. We developed semi-structured interviews to address the challenges faced by teachers of elementary school, final grades, who work in public schools in Formosa GO, and the theme inclusive education. By analyzing the data found that 95% of teachers are graduates and women, and 52% of them are pedagogues and 26% have specific training to work with students with SEN. Inclusion is perceived as integration of students in school, SEN being presented only to those relating to the physical and intellectual limitations. Despite the teaching speech that are prepared to meet students with SEN in other information point to a lack of education and professional training of teachers and adequate materials and spaces to such care, indicating the need to further discuss the inclusion in municipal schools, teacher training and appropriate strategies to meet students with SEN.

Key-words: Students with Special Educational Needs. Teacher. Inclusive Education.

LISTAS DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
CF	Constituição Federal
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEE	Políticas Nacionais de Educação Especial
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Saberes dos Professores	27
Quadro 2 - Curso de formação continuada	30
Quadro 3 - Experiência docente com alunos com NEE	31
Quadro 4 - NEE apresentadas pelos alunos	33
Quadro 5 - Educação Inclusiva na visão dos docentes de Formosa-GO	34
Quadro 6 - Vantagens e desvantagens da inclusão	37
Quadro 7 - Disponibilidade de recursos e materiais pedagógicos na escola	39
Quadro 8 - Atendimento aos alunos com NEE pela escola e professores	40
Quadro 9 - Dificuldades em trabalhar com alunos com NEE	41
Quadro 10 - Comentários	43

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Idade dos Professores	28
Tabela 2 - Disciplina ministrada pelos professores aos alunos com NEE	29
Tabela 3 - Quantidade de alunos com NEE atendidos pelos professores	32

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formação específica para trabalhar com alunos com NEE	30
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SISTEMA EDUCACIONAL.....	19
1.1. Educação Inclusiva: o que diz a legislação.....	19
1.2. Atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais	21
1.3. A Educação Inclusiva na escola.....	23
1.4. Formação Docente e Inclusão.....	25
2. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
2.1. Perfil docente	28
2.2. Perfil dos alunos com NEE.....	31
2.3. Concepções dos docentes sobre a inclusão e suas ações.	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A – Entrevista da pesquisa.....	51

INTRODUÇÃO

O sistema nacional articulado de educação tem passado por inúmeras mudanças, muitas delas relacionadas à busca por melhores condições de ensino e atendimento à população. Percebe-se que existem problemas na educação e que podemos e devemos recorrer ao Estado, uma vez que cabe a ele garantir a todos, em igualdade de condições, a permanência dos alunos na escola, independente de origens, crenças, valores, etnias e religião. A igualdade evidentemente está declarada na Constituição Federal de 1988, a qual expõe que a educação “é um direito de todos, e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, cabe ao Estado o dever de garantir o ensino regular a todos os brasileiros, inclusive aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), aos quais deve ser dado Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com a resolução dada pela lei 12.796, de 2013, sobre a educação especial, descrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei 9.394/96, art. 58, trata-se “de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL, 1996).

Tais necessidades podem, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na educação básica, existir como “decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos” (BRASIL, 1999, p. 23). De acordo com esse documento, trata-se de:

- crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas;
- crianças com deficiência e bem dotadas;
- crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas;
- crianças de populações distantes ou nômades;
- crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais;
- crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados (IBIDEM, p.23).

Para elas o atendimento deverá ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996). Essa é uma forma de reconhecer que muitos alunos, sejam ou não portadores de deficiências físicas ou mentais, ou com superdotação, necessitam de propostas metodológicas adequadas a eles. Mas como esses alunos são inseridos nas escolas e quais os desafios encontrados pelos profissionais da educação para atendê-los garantindo-lhes igualdade de direitos sem haver qualquer distinção? É nessa temática, a da educação inclusiva, que se centra nossa pesquisa, a qual envolve os desafios da inclusão no campo

educacional. Portanto, há de se considerar o que é Educação Inclusiva e como ela tem sido percebida pelos profissionais da educação.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), por meio das Políticas Nacionais de Educação Especial, lançadas em 2008, “a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008).

Ainda de acordo com esse documento, a educação inclusiva “tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares” (BRASIL, 2008). Engloba desde a educação infantil até o ensino superior, prevendo ainda atendimento educacional especializado, que envolve formação docente para atender a esse público, ambiente físico adequado e envolvimento participativo das famílias e da comunidade.

Diante do exposto, entendemos que a educação inclusiva é um processo educacional que necessita da participação de toda a sociedade, a fim de promover a inserção dos alunos com NEE de forma igualitária, considerando suas necessidades e sem prejuízo de aprendizagem e de socialização. Há de se considerar que a inclusão é mais que meramente estar no ambiente escolar, ou seja, é necessário promover o envolvimento pleno desses alunos.

Para Monteiro (2001, p.1):

[...] a inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária, e respeitosa, orientada para o acolhimento, a diversidade humana e pautada em ações coletivas que visem à equiparação das oportunidades de desenvolvimento das dimensões humanas.

Nessa pesquisa, entendemos a inclusão como Mantoan (1993), ao destacar que se trata mais que “estar com o outro”, mas “estar junto ao outro”. A integração escolar, muitas vezes, acontece como sendo um mero deslocamento do aluno com NEE para dentro da escola regular, sem, no entanto, respeitar e garantir efetivamente sua inclusão. Para Kroth (2008), o processo de inclusão envolve a promoção de ações que propiciem a plena participação dos sujeitos com NEE na sociedade, respeitando suas limitações e capacidades.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de haver uma mobilização por parte da sociedade para que a educação inclusiva seja ofertada e garantida com qualidade. Para isso, necessita-se ampliar a discussão sobre o que é inclusão e como ela ocorre efetivamente. Para Sasaki (2002, p.41), ela é um “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas gerais pessoas com necessidades educacionais especiais”. Dessa forma,

estes indivíduos com NEE poderão atuar ativamente na sociedade, respeitando-se as devidas limitações.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2008, p.11).

O presente trabalho busca identificar os principais desafios encontrados pelos professores nas séries finais do ensino fundamental, que atuam nas escolas municipais da zona urbana da cidade de Formosa-GO e que trabalham diretamente com os alunos com NEE no processo de inclusão.

O interesse pelo tema “Educação inclusiva” surgiu durante o estágio supervisionado, quando, na fase de observação do espaço escolar e da prática pedagógica, foi possível constatar que a inclusão dos educandos com NEE vem acontecendo de forma isolada e precária no município de Formosa. Além disso, considero¹ a temática relevante, pois trabalho com educação especial há dois anos e percebo que esses alunos têm grande potencial e devem ser efetivamente incluídos na sociedade de forma a participarem ativamente de todos os seus processos sociais, carecendo, para isso, de estímulos e condições adequadas para desenvolverem habilidades e competências necessárias.

No intuito de chegar à temática proposta, delineamos alguns objetivos:

- Traçar o perfil dos professores que trabalham com os alunos com NEE.
- Identificar quais são as necessidades apresentadas pelos alunos considerados com NEE que os professores atendem.
- Identificar as estratégias adotadas pela instituição e pelos docentes para atender aos alunos com NEE.
- Identificar as dificuldades encontradas pelos docentes para atender aos alunos com NEE.

A fim de alcançar esses objetivos, optamos por uma pesquisa do tipo estudo de caso, de caráter descritivo, exploratório e qualitativo. Na definição de Yin (2005, p.23),

[...] um estudo de caso é uma investigação empírica, que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos.

¹ Neste momento e apenas naqueles em que se fizer necessário marcar o posicionamento pessoal da autora é que se mudará a pessoa do texto.

Para Minayo (1992) *apud* Souza; Zioni (2003, p. 77),

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nessa pesquisa buscamos uma abordagem descritiva e exploratória do cenário em construção, uma vez que as pesquisas exploratórias têm como finalidade aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o assunto estudado. Pode ser usada, para facilitar a elaboração de um questionário ou para servir de base a uma futura pesquisa, ajudando a formular hipóteses, ou na formulação mais precisa dos problemas de pesquisa (MATTAR, 1996).

Nesta pesquisa optamos por investigar as sete escolas municipais de Formosa-GO localizadas na zona urbana que oferecem as séries finais do ensino fundamental, a fim de buscarmos melhor compreender os desafios relacionados à inclusão dos alunos com NEE, na perspectiva do docente que atua com tais alunos.

A coleta de dados foi feita por meio de uma entrevista semiestruturada contendo 20 questões mistas respondidas pelos docentes que atuavam com alunos com NEE. O intuito foi chegar aos objetivos propostos: traçar o perfil dos professores que trabalham com os alunos com NEE, descrever quem são os alunos com NEE atendidos pelos professores participantes da pesquisa, identificar as estratégias adotadas pela instituição e pelos docentes para atender aos alunos com NEE e identificar as dificuldades encontradas pelos docentes para atender aos alunos com NEE.

Para isso, na aplicação das entrevistas, foi utilizado um termo de livre consentimento e esclarecimento de pesquisa. O professor ficou ciente da pesquisa e da sua livre participação.

A análise dos dados foi realizada com base nas transcrições das respostas das entrevistas, que totalizaram dezenove (19) respondentes. Algumas questões foram agrupadas e organizadas em forma de gráficos e posteriormente discutidas de acordo com núcleos temáticos que foram definidos a partir dos próprios objetivos da pesquisa. Esses núcleos foram organizados da seguinte forma: perfil dos docentes que atuam com alunos com NEE, perfil dos alunos com NEE, concepções dos docentes sobre a inclusão e sobre as ações docentes.

Para analisarmos os dados, as respostas das entrevistas foram transcritas na íntegra. Com isso buscou-se melhor compreender os desafios encontrados pelos professores e sua

importância na educação inclusiva e no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais. As respostas dos professores são apresentadas e acompanhadas da letra P e de um número, a fim de preservarmos a identidade dos respondentes.

Com o objetivo de obtermos respostas ao problema exposto e aos objetivos apresentados, organizamos a nossa pesquisa em dois capítulos. O primeiro capítulo foi subdividido em quatro tópicos para melhor esclarecimento da temática, sendo que começamos com uma discussão sobre a educação inclusiva do ponto de vista da legislação, fazendo uma breve retrospectiva do cenário nacional frente às demandas mundiais. Em seguida apresentamos uma discussão sobre o que diz a LDBEM acerca do atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais. O terceiro tópico destaca o processo de inclusão nas escolas que atendem aos alunos com NEE e o quarto traz discussões sobre a formação docente frente à inclusão.

O segundo capítulo é destinado à apresentação dos resultados das coletas de dados a respeito dos quais fazemos uma discussão à luz dos referenciais teóricos apontados. Está subdividido em três subtópicos, que são os seguintes: perfil do docente que atua com alunos com NEE; identificação dos alunos com NEE atendidos pelos professores participantes da pesquisa; concepções dos docentes sobre a inclusão e ações docentes.

Diante dos dados e das discussões realizadas, apresentamos as considerações finais, a fim de esclarecer o problema de nossa pesquisa e melhor conhecermos o cenário da educação inclusiva no município de Formosa com ênfase no atendimento prestado aos alunos com NEE.

1. LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SISTEMA EDUCACIONAL

Buscaremos nesse capítulo destacar três aspectos: pontos na legislação que enfatizam a trajetória da educação inclusiva no Brasil, como deve ser o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema educacional e de que modo se dá a formação docente na perspectiva da inclusão.

1.1. Educação Inclusiva: o que diz a legislação

Atualmente a educação inclusiva vem sendo muito discutida em nossa sociedade, embora as legislações vigentes não consigam esclarecer como, de fato, essa educação deve ser propiciada e qual a melhor forma de encaminhar esse processo sem que haja discriminação.

O desafio da superação das dificuldades de inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular requer que se ultrapassem as práticas tradicionais e os sentimentos acerca das pessoas com necessidades educacionais especiais, realizando a integração, nos âmbitos escolares, laborativa e comunitário, isto é, física, funcional, social e societal, deparando-se sobre a proposta que apresente, na atualidade, possibilidades concretas de promover o processo integracionista, defenda e implante a inclusão dos diversos grupos de alunos com necessidades educativas especiais, na escola de ensino regular. (SCHNEIDER, 2012, p.3)

Na fala de Schneider (2012), percebemos que devemos sair das práticas tradicionais e partir para uma prática educacional que possibilite aos alunos com NEE uma efetiva integração no ensino regular de forma que eles se insiram em todos os âmbitos escolares.

O Brasil aderiu à perspectiva de construção de um sistema educacional inclusivo em consonância com a proposta da Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990 e com as sugestões da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, promovida pelo Governo da Espanha e pela Unesco em 1994, que produziu a Declaração de Salamanca, tida como o mais importante marco mundial da educação inclusiva, uma vez que apresenta novos caminhos para essa abordagem pedagógica. Em um de seus dispositivos, ela apresenta como princípio que: “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (UNESCO, 1994, p.4).

Apoiado nesses documentos, o Brasil começou a discutir uma proposta de educação inclusiva nas escolas regulares, concretizada na LDBEN, nº 9.394/96, que, em seu capítulo V, art. 58, regulamenta que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, deve haver serviço especializado:

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Ainda segundo esse artigo da lei, todas as escolas que recebem alunos com NEE têm que garantir serviços especializados adequados aos educandos, oferecidos em classes comuns e, se necessário, em classes diferenciadas para garantir a aprendizagem deles.

De acordo com as diretrizes da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) inclui “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 6).

A educação especial é, portanto, uma modalidade de ensino prevista na LDBEN (BRASIL, 1996) a qual garante o atendimento aos alunos deficientes, seja com transtornos globais do desenvolvimento ou mesmo com altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular. Nessa perspectiva, serviços de atendimento especializado devem-lhes ser oferecidos, mesmo nos casos em que esses alunos não consigam ser integrados nas classes comuns.

Com a LDBEN (ibidem, 1996), as escolas, os gestores públicos e toda a comunidade escolar encontraram desafios para a implantação da educação inclusiva, o que desencadeou algumas mudanças, como a criação de resoluções, decretos e novas leis para melhor atender os alunos com NEE nas escolas regulares e públicas em todo o Brasil. Com isso, criaram-se o Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a política nacional para a Integração da Pessoa Portadora de deficiência e que consolida as normas de proteção aos alunos com NEE, e a portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 679/1999, que traz regulamentações quanto aos requisitos de acessibilidade a pessoas com deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições (BRASIL, 1999).

Entre essas leis e regulamentos, convém mencionar ainda a Lei nº 10.098/00, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e a Lei nº 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual define alguns objetivos da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, como ampliar a oferta de atendimento da educação infantil até a qualificação profissional dos alunos, o atendimento extraordinário em classes e escolas especiais e o atendimento preferencial na rede regular de ensino e, por fim, a educação continuada dos professores que estão em exercício (BRASIL, 2001a).

Essas leis têm como objetivo proporcionar a equidade na diversidade existente na comunidade escolar. Para isso, houve a necessidade de mudanças nas propostas pedagógicas para atender às necessidades de cada aluno, possibilitando assim não somente a mera inclusão dos alunos com NEE, mas também a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo.

Dessa forma as escolas e toda a comunidade escolar devem buscar consolidar o respeito às diferenças das pessoas e não enfatizar os alunos com NEE. As diferenças vistas não como obstáculos, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento. (BRASIL, 2003, p.27).

1.2. Atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais

A LDBEN (BRASIL, 1996) estabelece que o atendimento aos alunos com NEE deve ser feito de forma preferencial nas redes regulares de ensino ou, conforme a necessidade do aluno, ser oferecido em classes especiais e em centros especializados.

Ainda de acordo com essa lei, em seu artigo 59, os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos com necessidades especiais:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins,

bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Percebe-se que a Lei garante aos educandos com NEE cuidados na adaptação de currículos, métodos, técnicas, professores qualificados, programa de aceleração, inserção no mercado de trabalho entre outros. Todavia, há de se questionar se todas essas proposições ocorrem, de fato, e se as escolas e os professores estão preparados para esse atendimento.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001b) orientam que os educandos devem permanecer juntos em todas as etapas e modalidades de ensino, como transcrito:

Após a educação infantil, ou seja, a partir dos sete anos de idade, a escolarização do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais deve processar-se nos mesmos níveis, etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos e na educação superior. Essa educação é suplementada e complementada quando se utilizam os serviços de apoio especializado (BRASIL, 2001b, p 56-57).

Para essa formação, a LDBEN destaca, em seu art. 59, inciso III, que os docentes que atuam no atendimento aos alunos com NEE devem ser:

[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Conforme está apresentado, a lei prevê uma especialização adequada, porém não especifica que tipo de formação é essa, onde e quando deve ocorrer. Por outro lado especifica o nível de formação, sendo ele médio ou superior.

Em relação à consolidação da inclusão, ainda estão sendo tomadas algumas medidas governamentais, como, por exemplo, o PNE, que propõe metas a serem alcançadas entre 2014 a 2024, entre elas a meta 4: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino” (BRASIL, 2014, p. 23). E para o cumprimento dessa meta, entre outras estratégias, o PNE prevê que cabe às instituições de ensino:

[...] atender a necessidade de: implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns para a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes da rede pública de ensino [...] realizado em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas (BRASIL, 2014, p. 25).

Percebemos que o atendimento aos alunos NEE deve ser feito de forma que eles se sintam inclusos no meio social de maneira integradora, sem preconceitos e discriminações.

1.3. A Educação Inclusiva na escola

A educação e a escola enquanto espaço de práticas sociais proporcionam a formação de sujeitos históricos. Essas práticas, por sua vez, não se dão somente na escola, mas também em todo o percurso do sujeito em seu meio social.

Nesse sentido a escola constitui-se em uma esfera de fundamental importância para a formação do sujeito na perspectiva crítica, que seja capaz de reconhecer seu papel na construção na sociedade. Portanto, no desenvolvimento das práticas educacionais, precisamos ter em mente que os sujeitos dos processos educativos são os homens e suas múltiplas e históricas necessidades. (OLIVEIRA, 2009, p. 2,).

A escola necessita proporcionar um ambiente oportuno para os alunos para se despertar e transmitir valores que podem contribuir para a criação de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades e discriminações. Com isso, espera-se colaborar com a transformação das ações de nossas crianças a fim de que se transformem em adultos que respeitem e valorizem cada pessoa como ela é, conforme descrito por Mantoan (1997, p.5),

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural.

Percebe-se que a escola tem uma responsabilidade muito grande, pois muitas vezes é o único lugar onde a maioria das crianças tem acesso à cultura, às brincadeiras, ao convívio social e a uma alimentação adequada. Mas, mais do que isso, a escola tem o dever de proporcionar essa identidade social e cultural, sem discriminação e exclusão devendo, dessa forma, ter profissionais preparados e qualificados para receber as demandas da sociedade, como as NEE apresentadas por alguns alunos que, em razão de “condições individuais, econômicas ou socioculturais”, carecem de atenção para o seu pleno desenvolvimento (BRASIL, 1999, p. 23). Como previsto pelos PCN, trata-se de:

[...] crianças portadoras de necessidades físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas: crianças com deficiência e bem dotadas; crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais; crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados (BRASIL, 1999, p. 23).

Nesse cenário, a tarefa dos professores não é um caminho fácil de ser percorrido. Precisam ter experiência e qualificação adequada para receber toda essa demanda de alunos que estão sendo incluídos nas escolas. Mas como adquirir essa experiência?

A experiência pode ser vista como um processo de aprendizagem espontânea que permite ao trabalhador adquirir certezas quanto ao modo de controlar fatos e situações do trabalho que se repetem. Essas certezas correspondem a crenças e hábitos cuja pertinência vem da repetição e situações de fatos (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 51).

Porém, muitas vezes o docente, por comodismo ou por rotina, não percebe que a sala de aula é um espaço importante para que ele adquira experiência. Para isso, ele deve considerar a necessidade de se avaliar. “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo” (FREIRE, 2002, p.12). A prática educativa do professor deve ser sempre reflexiva, visando melhor compreender os alunos e a própria docência. “Para que a atuação docente caminhe no sentido de qualidade, o centro das práticas de toda e qualquer ação didático-pedagógica está sempre no aluno e, mais precisamente, na aprendizagem que ele consiga alcançar” (SILVA; FERREIRA, 2008, p. 76).

Os professores devem buscar estratégias que englobem todos os alunos, respeitando suas limitações e potencialidades, de maneira que o processo de ensino e de aprendizagem seja alcançado em cada uma das necessidades demonstradas por eles, mas sempre respeitando o tempo e o espaço de cada um, visto que cada pessoa aprende em seu tempo.

Para Mantoan,

A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considera o nível de possibilidades de desenvolvimento de cada um e explora essas possibilidades, por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se enquadra por si mesmo, na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma ideia, ou resolver um problema, realizar uma tarefa. Eis aí um grande desafio a ser enfrentado pelas escolas regulares tradicionais, cujo paradigma é condutista, e baseado na transmissão dos conhecimentos. (MANTOAN, 1996, p 2).

Dessa maneira, percebemos que a inclusão no âmbito escolar demanda que sejam proporcionadas condições e recursos para que os alunos com necessidades especiais se sintam à vontade para escolher o que melhor se adaptada aos seus interesses e necessidades.

1.4. Formação Docente e Inclusão

Nas legislações vigentes no Brasil, para ser docente na educação básica, é preciso formação acadêmica adequada, a qual, segundo a LDBEN (1996) em seu artigo 62,

[...] far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996. Modificado segundo redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Contudo, atualmente no Brasil, a procura de alunos por cursos de licenciatura está baixa: de acordo com o Censo de 2012, os cursos de “licenciaturas cresceram menos de 1%, os tecnológicos apresentaram aumento de 8,5% nas matrículas e os de bacharelado, 4,6%” (BRASIL, 2012).

Segundo a Associação Brasileira de Estágio,

Dos mais de 7 milhões de jovens universitários, 67,1% optaram pelo bacharelado, enquanto 19,5% fazem licenciatura e 13,5% são tecnólogos. Cerca de 5.140.312 (73%) estão na universidade particular e 1.897.413 (27%) na pública. No total, 31.866 cursos diferentes são oferecidos no Brasil (BRASIL, 2014a).

De acordo com a LDBEN (BRASIL, 1996), em seu art. 43, inciso II, a educação superior tem por finalidade: “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”.

Tal formação deve incluir capacitação adequada para atender também alunos com NEE, como assegurado pela LDBEN (BRASIL, 1996), em seu art. 59, inciso III: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns”. Ou seja, além da formação inicial, os professores devem fazer cursos de formação continuada. Porém, poucos cursos são oferecidos nas redes públicas, cabendo ao profissional buscar alternativas para formação.

O PNE de 2014-2024 colocou como meta programa que visam à capacitação dos professores assim que saírem das faculdades. A meta é “garantir em 2024, que a totalidade dos professores da educação básica possua formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014b, p. 88). Ainda de acordo com esse plano, outra meta a ser cumprida é:

[...] formar 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação *stricto e lato sensu*, em cursos de especialização, mestrado ou doutorado, e garantir a todos a formação continuada em sua área de atuação “(IBIDEM, p 93)”.

Em relação à educação inclusiva e à formação docente, o PNE (BRASIL, 2014b, p. 25-26) tem como estratégias:

[...] implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns para a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes da rede pública de ensino; fomento à formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e práticas educacionais inclusivas; articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado, realizado em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas; acompanhamento do acesso e permanência na escola dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC por meio de ação intersetorial; investimento na adequação arquitetônica dos prédios escolares para a acessibilidade nas escolas públicas; garantia de transporte acessível; disponibilização de material didático acessível; e educação bilíngüe Língua Portuguesa/Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS nas escolas.

Mas há de se considerar que a formação docente vai além de diretrizes, legislações, metas e estratégias do governo. O professor, em seu contexto cultural, traz para a sala de aula experiência de vida das relações sociais e da própria prática docente, que deve ser considerada e valorizada. Porém não se trata de negligenciar a formação continuada, mas considerar a experiência de cada professor nesse processo. Tardif (2014) retrata alguns desses saberes, os quais apresentamos no quadro 1.

Quadro 1- Saberes dos professores

SABERES DOS PROFESSORES	FONTES SOCIAIS DE AQUISIÇÃO	MODOS DE INTEGRAÇÃO NO TRABALHO DOCENTE
Saberes pessoais dos professores	A família, o ambiente de vida, a educação no sentido lato, etc	Pela história de vida e pela socialização primária
Saberes provenientes da formação escolar anterior	A escola primária e secundária, os estudos pré-secundários não especializados, etc.	Pela formação e pela socialização pré-profissionais
Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho.	Utilização das “ferramentas” dos professores: programas, livros didáticos, cadernos de exercícios, fichas, etc.	Pela utilização das “ferramentas” de trabalho, sua adaptação às tarefas.
Saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola	A prática do ofício na escola e na sala de aula, a experiência dos pares, etc.	Pela prática do trabalho e pela socialização profissional.

Fonte: Tardif, (2014).

Os saberes dos professores estão relacionados à sua trajetória de vida, às suas crenças, concepções de vida, convicções políticas, sua formação educacional e suas experiências profissionais, visto que o professor carrega uma bagagem cheia de experiências e saberes que o tornam único frente aos desafios da educação. Dessa maneira, percebemos que não há uma educação neutra,

[...] para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a serem encarnados (FREIRE, 2002, p 42).

Desse modo a educação inclusiva se dá por todo um processo de interações sociais entre os seus agentes condutores: alunos, professores, gestores, família e comunidade. As experiências dos docentes e suas convicções frente à educação são importantes para o crescimento do educando e sua formação na sociedade.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os formulários das entrevistas foram entregues nas sete (7) escolas que oferecem as séries finais do ensino fundamental, localizadas na zona urbana no município de Formosa-GO, mas uma (1) delas não nos devolveu nenhuma entrevista respondida, totalizando assim seis (6) escolas participantes e dezenove (19) formulários das entrevistas devolvidos.

2.1. Perfil docente

O corpo docente de nossa amostra é formado por 95% de mulheres e 5% de homens, um dado que se destaca na realidade brasileira, uma vez que as mulheres predominam na profissão docente.

As mulheres são maioria na Educação Básica, porém exercem atividades bem definidas na carreira. A Educação Infantil arregimenta mais de 90% das educadoras, enquanto no Ensino Superior as mulheres ainda são uma minoria, em especial nas carreiras tidas como masculinas. Mesmo com a feminilização da docência, os homens ainda ocupam as funções de maior prestígio social e recebem os salários mais altos (VIANNA, 2001, p. 92).

Em relação à idade dos docentes, verificamos que houve grande variação, sendo a maioria constituída por professores com mais de 37 anos. Os dados são detalhados na tabela 1.

Tabela 1- Idade dos Professores

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE DOCENTES
20 a 25 anos	5
26 a 31 anos	3
32 a 37 anos	1
38 a 44 anos	5
45 a 51 anos	5
acima de 51 anos	0

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Em relação à escolaridade apresentada, doze (12) docentes já concluíram o curso superior, seis (6) ainda não o terminaram e um (1) não respondeu à pergunta. Dentre os

respondentes, somente um (1) é bacharel; os demais se graduaram ou estão se graduando na modalidade de licenciatura.

De acordo com o Educacenso (2012, p.38),

[...] dos profissionais que atuam no magistério da educação básica e também são alunos da educação superior, observa-se que aproximadamente 48% estão matriculados no curso de Pedagogia e 10% no curso de Letras.

Esses dados estão em consonância com os encontrados em nossa pesquisa, na qual sete (7) dos professores que trabalham no atendimento aos alunos com NEE declararam que são formados em pedagogia, quatro (4) são licenciados em letras, três (3) são licenciados em geografia e também em pedagogia, e os demais em matemática, história, geografia, química e psicologia.

Em relação à pergunta: - *Qual disciplina ministra para os alunos com NEE*, observamos grande diferença nas respostas, tendo dez (10) docentes respondido que ministram todas as disciplinas, conforme tabela 2. Acreditamos que isso aconteceu, pois, dentre os respondentes, havia professores de apoio que acompanham os alunos em todas as aulas.

Tabela 2-Disciplina ministrada pelo professor aos alunos com NEE.

DISCIPLINA MINISTRADA	Nº DE PROFESSORES
Todas	10
Geografia	1
Inglês	1
Português e Geografia	1
Matemática	1
Matemática e Ciência	1
Tecnologia assistida	1
Conhecimentos Gerais	1
Não respondeu	2

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Quanto à pergunta: - *Você tem formação específica para trabalhar com alunos com NEE?*, identificamos que cinco (5) professores declararam que tinham tal formação, porém, apesar da legislação (LDBEN, 1996) afirmar que os alunos com NEE devem ter atendimento de profissionais especializados, percebemos que isto não ocorre, visto que catorze (14) docentes afirmaram não ter nenhuma formação específica nesse sentido. Os dados ficam mais evidentes ao olharmos o gráfico 1.

Gráfico 1- Formação específica para trabalhar com alunos com NEE

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

No quadro 2, verificamos a formação específica descrita pelos cinco (5) docentes. Das declarações percebemos que o curso de libras e de educação inclusiva foi citado por três (3) deles e que alguns cursos foram realizados no município, dessa forma favorecendo a formação desses profissionais e contemplando a realidade local.

Quadro 2- Curso de formação continuada

PROFESSOR	RESPOSTA
P7	“[...] sim, pedagogia, psicopedagogia, curso de AEE, seminário educação inclusiva. Feitos pela secretaria de educação.”
P10	“[...] sim, cartografia tátil: o mundo visto com as mãos. CNED - sistema Braille Integral e Código Matemático unificado - CMU. Feitos através de bolsa de circulação literária 210, FUNARTE e CNED.”
P11	“[...] sim, libras e educação inclusiva. Feitos na UEG campos Formosa.”
P17	“[...] sim, estimulação precoce, educação inclusiva e direito à diversidade. Feitos pelo IBEG.”
P19	“[...] sim, libras, recursos humanos e prática com ensino especial. Feitos na APAE.”

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Com relação à pergunta: - *Há quanto tempo você trabalha na educação e com alunos NEE?*, identificamos que nove (9) dos dezenove (19) respondentes têm pouca experiência no magistério e que a maioria deles, treze (13) professores, trabalham também há menos de três (3) anos com alunos com NEE. Somente três (3) professores têm grande experiência nesse

atendimento, pois afirmaram que trabalham há mais de dez (10) anos com alunos com NEE. Os dados obtidos estão no quadro 3.

Quadro 3- Experiência docente com alunos com NEE

PROFESSORES	ANOS QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO	ANOS QUE TRABALHA COM ALUNOS COM NEE
Oito	1 ano	1 ano
Um	4 anos	2 anos
Um	7 anos	1 ano
Um	11 anos	Não respondeu
Um	14 anos	Não respondeu
Um	17 anos	2 anos
Um	17 anos	3 anos
Um	17 anos	17 anos
Um	18 anos	Não respondeu
Um	19 anos	9 anos
Um	22 anos	2 anos
Um	23 anos	23 anos

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

2.2. Perfil dos alunos com NEE

No momento da entrega dos formulários da entrevista, perguntou-se às coordenadoras da sala de recursos para apoio aos alunos com NEE como eles eram inseridos nas escolas. Nas escolas que não possuíam tal espaço e, portanto, tal coordenação não existia, a mesma pergunta foi feita às diretoras. Todas as respostas foram similares: os alunos eram inseridos pelo processo de inclusão encaminhado pela secretaria de educação do município com laudo médico.

Em algumas escolas, além dos alunos com NEE que são encaminhados pela secretaria municipal, quando percebido pelo professor que algum aluno tem necessidades de tal acompanhamento, ele é inserido no quadro de alunos com NEE da escola. Os pais são orientados a levar o aluno ao médico para verificar se tal observação procede e, se for o caso, começar o tratamento e apresentar o laudo na escola para que o aluno possa ter o devido atendimento.

Embora a princípio não se tenha proposto nesta pesquisa o questionamento apresentado a seguir, a pesquisadora achou mais coerente realizá-lo a fim de melhor conhecer

o cenário de inclusão dessas escolas. Nesse intuito, questionamos aos professores: - *Qual o número de alunos com NEE que você atende?*

Podemos observar pelos dados apresentados na tabela 3 que a maioria dos docentes atendia ou tinha em sala apenas um aluno com NEE, o que pode, de certa forma, facilitar a inclusão desse aluno e o atendimento adequado às suas necessidades.

Tabela 3 – Quantidade de alunos com NEE atendidos pelos professores

QUANTIDADE DE PROFESSORES	NÚMEROS DE ALUNOS
Sete	1
Quatro	2
Dois	3
Cinco	Acima de 3
Um	Não respondeu

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Outra pergunta proposta foi a seguinte: - *Quais são as necessidades apresentadas pelos alunos inclusos que você atende?* As respostas dadas estão representadas no quadro 4, sendo que nesse tópico dois (2) docentes relataram o tipo de atendimento a ser dado aos alunos e não as NEE apresentadas por eles. Eis as respostas:

“[...] estudo voltado para cada necessidade e material adequado”.

“[...] psicopedagógicos, fonoaudiologistas”.

Pelas declarações apresentadas, podemos verificar que os docentes percebem que os alunos necessitam de atendimentos especiais, os quais eles não são capazes de oferecer. Reconhecem ainda a necessidade de dispor de materiais adequados para trabalhar com tais alunos.

Quadro 4 - NEE apresentadas pelos alunos

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	QUANTIDADES DE ALUNOS QUE APRESENTAM NEE	PERCENTUAL EM PORCENTAGEM
TDAH ²	1	5%
Autista	1	5%
Motora, cognitiva, autista, deficiência múltipla ³	3	15%
Síndrome de Down	1	5%
Deficiência visual	2	10%
Deficiência intelectual	8	42%

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Pela síntese apresentada no quadro 3, podemos perceber que a maioria dos alunos com NEE inseridos nas escolas participantes da pesquisa apresentam deficiência intelectual. Há, ainda, casos em que as necessidades apresentadas estão relacionadas a alguma limitação física, como é o caso de dois alunos com deficiência visual e um com deficiência motora.

Todavia, de acordo com a legislação (LDBEN, 1996) e os PCN (BRASIL, 1999) sobre alunos com NEE, não somente o aluno que apresenta deficiência física e/ou intelectual deve assim ser considerado e receber o atendimento necessário, mas todo aquele que apresente tal demanda, como os alunos com altas habilidades, os quais sequer foram citados pelos docentes. Nesse sentido, percebemos que, em nenhuma das escolas onde as entrevistas foram recolhidas, foi mencionado como aluno com NEE aquele que apresenta altas habilidades/superdotação.

Segundo ‘A Política Nacional de Educação Especial’, os portadores de altas habilidades/superdotados são:

[...] os educandos que apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora (BRASIL, 2006a).

² Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) “é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade” (ABDA, 2015).

³ Deficiências Múltiplas. É o termo utilizado com frequência para “caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social” (BRASIL, 2006b).

Há de se considerar que incluir é interagir, brincar, socializar, proporcionar a todos os alunos, sem discriminação, uma efetiva inclusão, sem negligenciar suas particularidades, o que é extensível mesmo aos alunos com altas habilidades, que necessitam de atendimento diferenciado para que possam desenvolver todo o seu potencial.

2.3. Concepções dos docentes sobre a inclusão e suas ações

Frente à temática “inclusão”, muito discutida nos dias atuais, buscamos saber como os professores que atendem os alunos com NEE estão percebendo esse processo e que ações estão implementados para melhorar o atendimento aos alunos nessas condições.

Nesse sentido foi perguntado aos professores: - *O que entende de educação inclusiva?* As respostas estão apresentadas no quadro 5.

Quadro 5 – Educação Inclusiva na visão dos docentes de Formosa-GO

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	<i>“[...] educação inclusiva é uma forma de integrar todas as pessoas a um mesmo sistema, respeitando as diferenças e limitações.”</i>
P2	<i>“[...] é um trabalho que precisa ser feito com parcerias e, acima de tudo, com muito respeito.”</i>
P3	<i>“[...] educação inclusiva é uma forma de integrar todos a um mesmo sistema, respeitando as diferenças e limitações de cada um.”</i>
P4	<i>“[...] integração deste aluno com a sociedade.”</i>
P5	<i>“[...] uma educação que busque formas de incluir a todos sem distinção.”</i>
P6	<i>“[...] é uma forma de integrar todos a um mesmo sistema sem diferenças e sim um só círculo de ensino.”</i>
P7	<i>“[...] educação para todos juntos, Incluindo os alunos com deficiência e transtornos (TGD).”</i>
P8	<i>“[...] incluir no ambiente escolar alunos com necessidades especiais.”</i>
P9	<i>“[...]incluir alunos com necessidades especiais em salas regulares, socialização; interação, desenvolvimento.”</i>
P10	<i>“[...] educação especializada voltada para a deficiência específica do aluno.”</i>
P11	<i>“[...] ensino que engloba a todos sem nenhuma discriminação, e que dá recursos para a necessidade especiais.”</i>
P12	<i>“[...] inserção de alunos com necessidades especial, preferencialmente nas redes regulares de ensino.”</i>
P13	<i>“[...] modalidade escolar oferecida pela rede de ensino para criança especial junto com outros alunos.”</i>
P14	<i>“[...] quando você tenta ensinar a autonomia.”</i>

P15	<i>“[...] a educação inclusiva tem como função incluir os alunos especiais no ensino regular.”</i>
P16	<i>“[...] é por esse meio que os alunos especiais se integram à comunidade e percebem seu valor dentro da sociedade.”</i>
P17	<i>“[...] é uma forma de auxílio ao aluno com necessidades especiais para desenvolver suas habilidades.”</i>
P18	<i>“[...] ensinar de forma mais complexa e objetiva para que o aluno possa aprender de forma agradável.”</i>
P19	<i>“[...] é o processo de integração do aluno portador de necessidades especiais às escolas de ensino regular.”</i>

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Percebemos que grande parte dos professores respondeu que inclusão é integrar o aluno com NEE na escola, como enfatizado nas descrições:

“[...] incluir no ambiente escolar alunos com necessidades especiais” (P 8).

“[...] a educação inclusiva tem como função incluir os alunos especiais no ensino regular” (P 15).

Entendemos a inclusão como mais que meramente “estar com o outro”, mas “estar junto ao outro”, como descrito por Mantoan (1993). A inclusão enseja, nessa concepção, criar condições e possibilidades para que as pessoas com NEE possam participar da comunidade tendo suas singularidades respeitadas. Contudo, há de se destacar que todos os alunos necessitam de certa forma de um atendimento educacional individualizado e, em alguns casos, especializado.

Nas discussões sobre inclusão, muitas vezes aparece o termo “integração”, o qual Bairrão (1998) define como: “um conceito a que estão subjacentes três dimensões, a sócio/ética, a jurídica/legislativa e a psicológica/educacional”. Esse conceito serviu para afirmar que as pessoas com necessidades especiais tinham o direito de conviver com outras pessoas e que deveriam gozar desse direito, independente das suas necessidades. Essa compreensão de integração favorece e muito os indivíduos com NEE, uma vez que a socialização influencia o seu desenvolvimento social e intelectual.

Todavia, não há consenso sobre esse conceito, segundo Mantoan (2003, p.14),

[...] o processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção escolar de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com

deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes.

Nesse sentido a integração escolar, muitas vezes, acontece como sendo um mero deslocamento do aluno especial para dentro da escola regular, sem, no entanto, respeitar e garantir efetivamente sua inclusão.

O termo mais usualmente utilizado é o de inclusão, uma vez que o conceito integração foi visto simplesmente como “estar no meio” e não “estar junto ao outro” socializando-se e se comunicando de forma igualitária. Para Monteiro (2001):

[...] A inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária, e respeitosa, orientada para o acolhimento à diversidade humana e pautada em ações coletivas que visem à equiparação das oportunidades de desenvolvimento das dimensões humanas (MONTEIRO, 2001, p.1).

Toda escola por princípio deveria ser inclusiva, considerando que todos somos diferentes uns dos outros. Na fala do professor P 10, considera-se que a inclusão é uma

“[...] *educação especializada voltada para a deficiência específica do aluno*” (P 10).

Contudo, a educação inclusiva não é voltada para a deficiência específica do aluno, mas para um atendimento mais generalizado e que tenta abranger todas as necessidades apresentadas pelos alunos. A educação inclusiva deve envolver todos os componentes da escola uma vez que a educação se faz com toda a comunidade escolar.

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas todos sabemos que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele (MANTOAN, 2003, p. 16).

Tentando melhor compreender as concepções dos docentes sobre a inclusão, fizemos a seguinte solicitação: - *Cite as vantagens e desvantagens de trabalhar com alunos com NEE sobre a inclusão.*

Obtivemos as seguintes respostas, apresentadas no quadro 6.

Quadro 6- Vantagens e desvantagens da Inclusão

PROFESSORES	VANTAGENS	DESVANTAGENS
P1	“[...] Não respondeu.”	“[...] Não respondeu.”
P2	“[...] <i>cooperação, interação e socialização que contribuem para o respeito mútuo.</i> ”	“ <i>falta de preparo para revolver situações inesperadas e falta de recursos materiais e até mesmo humanos.</i> ”
P3	“[...] Não respondeu.”	“ [...] Não respondeu.”
P4	“[...] <i>as experiências e aprendizado.</i> ”	“ <i>quando falta apoio.</i> ”
P5	“[...] <i>os desafios de ampliar o nosso relacionamento, o nosso conhecimento.</i> ”	“ <i>falta cursos para formação do profissional.</i> ”
P6	“[...] <i>são capazes de aprender.</i> ”	“ <i>porém os resultados são vagarosos.</i> ”
P7	“[...] Não respondeu.”	“ [...] Não respondeu.”
P8	“[...] <i>para que eles possam se sentir incluídos na sociedade</i> ”.	“[...] <i>muitas vezes os outros alunos acabam excluindo eles.</i> ”
P9	“[...] <i>são alunos dedicados, que respeitam os professores e atenciosos.</i> ”	“[...] <i>A colaboração dos professores, os desafios encontrados no dia-a-dia.</i> ”
P10	“[...] <i>amor, dedicação, ensinar e aprender.</i> ”	“[...] <i>falta de materiais pedagógicos voltados para o deficiente visual.</i> ”
P11	“[...] <i>ter conhecimentos novos para si, além do carinho.</i> ”	“[...] <i>que vem sempre há o recurso preciso, e muitos das vezes é um caso a ser pesquisado, estudado ainda.</i> ”
P12	“[...] <i>considero uma grande vantagem, pois fico feliz com o avanço que eles têm após a ajuda do professor de apoio.</i> ”	“[...] Não respondeu.”
P13	“[...] <i>os alunos, eles através da inclusão se socializam e adquirem conhecimento.</i> ”	“[...] Não respondeu.”
P14	“[...] <i>ganho de experiência.</i> ”	“[...] <i>ainda que temos recursos ainda faltam muitos.</i> ”
P15	“[...] <i>alguns são meigos, gostam de aprender e sentem-se gratificados quando alcançam algum mérito.</i> ”	“[...] <i>falta de ambiente próprio para aprendizagem e profissionais capacitados.</i> ”
P16	“[...] <i>o aperfeiçoamento de nossa atenção perante esses alunos, mas desenvolvemos muito como seres humanos, pois tudo feito a esses alunos precisa ser com bastante cuidado.</i> ”	“[...] <i>são: a aceitação da comunidade e um certo preconceito com esses alunos.</i> ”
P17	“[...] <i>ver os avanços que eles alcançam, tirando-os da exclusão.</i> ”	“[...] <i>Desvantagens; em alguns casos, a indisciplina e a falta de apoio da família.</i> ”
P18	“[...] <i>os alunos com NEE são mais atenciosos e gentis. Mas tem dia que estão revoltados e muitos irritados.</i> ”	“[...] Não respondeu.”
P19	“[...] <i>no sentido de incluir as pessoas portadoras de necessidades especiais aos ditos “normais”, para que possam ingressar no mercado de trabalho no futuro.</i> ”	“[...] <i>Desvantagens: na forma ou método de trabalhar com o aluno especial dentro da sala de aula.</i> ”

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Analisando os relatos apresentados, a vantagem mais destacada pelos docentes no tocante à inclusão dos alunos com NEE foi a socialização desses alunos, mas, quando percebemos que as desvantagens apresentadas foram a falta de ambiente adequado, de material pedagógico em quantidades suficientes, de profissionais de apoio, de apoio da família e de preparo profissional, não conseguimos perceber a ocorrência de um processo de efetiva inclusão, mas concluímos que há a necessidade de a escola incluir os alunos e a comunidade escolar na discussão a respeito da inclusão.

Como ficou destacado:

“[...] vantagens: para que eles possam se sentir incluídos na sociedade. Desvantagem: muitas vezes os outros alunos, acabam excluindo ele” (P 8).

Quanto à pergunta: - *A escola discute com os professores e a comunidade a questão da inclusão dos alunos com NEE?*, catorze professores responderam que tal discussão ocorre e dois se justificaram:

“[...] sim, mais muito ainda precisa ser feito para a melhoria do ensino aos alunos com NEE” (P 16).

“[...] sim, sempre que possível” (P 17).

Outros três professores responderam que, às vezes, a escola promove esse tipo de discussão. Além disso, um professor respondeu que nunca presenciou qualquer abordagem do tema e um professor respondeu apenas que não.

A respeito da pergunta: - *Você acredita que a escola colabora para o desenvolvimento dos alunos com NEE?*, dez professores responderam que sim, dois afirmaram que em parte, três declararam que turmas muito cheias dificultam o trabalho, um afirmou que nem todos se envolvem nesse processo e três disseram que sim e justificaram:

“[...] pois fazem o possível para a aprendizagem deles” (P 8).

“[...] porque todos os alunos com NEE da escola têm seu próprio monitor” (P 16).

“[...] sem dúvida a escola é parceira nesse trabalho” (P 17).

Percebemos que a maioria dos respondentes afirmou que a escola tem uma participação na formação dos alunos com NEE. Tal percepção tende a colaborar na garantia

de um ensino mais humanizado e capaz de favorecer a aprendizagem de todos os alunos, não somente nos saberes científicos, mas nas práticas sociais mais inclusivas.

Para Mantoan (1997), a escola inclusiva deve proporcionar aos alunos com NEE aprendizagens significativas por intermédio de adequações em suas práticas escolares, devendo estar atenta às dificuldades não só desses alunos, mas de todos, uma vez que a inclusão se faz com todos os alunos, não só com os que apresentam deficiência, mas também com os menos favorecidos socioeconomicamente, os trabalhadores e os marginalizados. A escola que tem essa visão chegará ao sucesso da inclusão.

Quanto aos recursos materiais pedagógicos oferecidos pela escola, formulamos a seguinte pergunta: - *Você considera haver na escola disponibilidade de recursos materiais destinados aos alunos com NEE?*

Somente um docente respondeu que não; dezoito afirmaram que sim. Dos respondentes, sete descreveram suas justificativas, sendo elas apresentadas no quadro 7.

Quadro 7- Disponibilidade de recursos e materiais pedagógicos na escola

PROFESSOR	RESPOSTA
P4	“[...] <i>Sim, precisa de mais.</i> ”
P5	“[...] <i>Sim, porém considero insuficiente.</i> ”
P8	“[...] <i>Sim, pois temos sala de recursos.</i> ”
P11	“[...] <i>Sim, parcialmente.</i> ”
P13	“[...] <i>Sim, porém não há sala de recursos.</i> ”
P15	“[...] <i>Sim, pois temos jogos pedagógicos.</i> ”
P 16	“[...] <i>Sim, porém a escola carece de recursos materiais destinados aos alunos com NEE.</i> ”

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Apesar de a escola disponibilizar materiais e recursos pedagógicos, os professores manifestaram insatisfação quanto a eles, levando-nos a refletir por que o professor não produz o seu próprio material pedagógico, pois é ele quem está no dia a dia com seus alunos e é quem sabe das necessidades e interesse deles.

Estão expostas, no quadro 8, as respostas à pergunta: - *Você acredita que a escola e os professores estão preparados para atender os alunos da inclusão?*

Quadro 8 - Atendimento aos alunos com NEE pela escola e professores

NÃO		SIM	
P1	“[...] não, pois não tem uma formação adequada.”	P2	“[...] sim, algumas pessoas sim.”
P3	“[...] não, pois não tem preparação adequada.”	P4	“[...] sim, necessita no caso melhorar.”
P5	“[...] não, acredito que falta preparação para alguns profissionais.”	P8	“[...] sim, pois há auxílio da professora de recurso e também de monitores.”
P6	“[...] não, falta de formação.”	P16	“[...] sim, apesar das dificuldades a escola se esforça em atender aos alunos.”
P7	“[...] não, falta de incentivo e capacitação.”	P17	“[...] sim, embora, com os desafios diários, surjam dúvidas.”
P9	“[...] não, falta de capacitação da maioria.”		
P10	“[...] não, faltam-lhes preparo para a deficiência.”		
P11	“[...] não, cada caso é um caso que ainda pode não ter sido estudado.”		
P13	“[...] não, todos teriam que ter cursos especializados.”		
P14	“[...] não, é necessário mais curso de capacitação.”		
P15	“[...] não. Falta apoio profissional.”		
P19	“[...] não, os professores precisam ter cursos.”		

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Percebemos que a maioria dos respondentes citaram questões relacionadas à falta de capacitação dos professores de apoio, pois doze afirmaram que não estão preparados para o atendimento aos alunos com NEE, sendo que dez apontaram a falta de capacitação, preparação e de cursos específicos para esse atendimento ou mesmo a necessidade de atendimento por outros profissionais. Desse total, somente um se referiu à necessidade de haver incentivo para isso (P 7).

Outro questionamento feito aos professores foi: - *Você se sente preparado para atuar com alunos com NEE?*. Quanto a essa percepção de estar preparado para trabalhar no atendimento aos alunos com NEE, constatamos que a maioria dos docentes alegou que estão preparados, o que corresponde a dez professores. Entretanto, sete afirmaram que não estão preparados e dois deles não responderam a essa pergunta.

Na pergunta anterior, a maioria dos professores alegou a falta de preparo dos professores e da escola. E nessa pergunta a maioria dos professores apontou que se sente preparada, ou seja, os professores não se incluem no grupo dos não preparados, visto que para eles a inclusão é meramente a inserção dos alunos com NEE na escola. A preparação profissional deve ter relação com a teoria e com a prática, então como é que se sentem preparados mesmo sem formação específica para atender os alunos com NEE?

A falta de capacitação para trabalhar com os alunos com NEE em contraposição à percepção de que estão preparados para isso pode ser entendida se considerarmos que muitos professores associam o saber ao seu tempo de experiência em sala de aula, esquecendo-se da necessidade de um embasamento teórico adequado, uma vez que a teoria é fundamental para a prática e vice-versa. O professor tem, sim, seus saberes de experiências, mas precisa estar sempre buscando se capacitar e aumentar a sua zona de conhecimento em relação à docência e suas implicações.

Quanto ao conjunto de considerações apresentado em resposta à pergunta: - *Quais são suas maiores dificuldades ao lidar com alunos NEE?*, no quadro 9, podemos identificar melhor essas dificuldades e compreender quais são elas.

Quadro 9 - Dificuldade em trabalhar com alunos com NEE

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	<i>“[...] sala cheia, dar atenção a esse aluno, pois todos necessitam de uma atenção.”</i>
P2	<i>“[...] reconhecer as necessidades que o aluno realmente apresenta.”</i>
P3	<i>“[...] sala cheia, dificultando a atenção individual. Capacitação ao professor.”</i>
P4	<i>“[...] não sei libras quando precisa. Não tenho curso nessa área, o que dificulta um pouco.”</i>
P5	<i>“[...] a falta de material para auxiliar os alunos, o despreparo de alguns professores.”</i>
P6	<i>“[...] lotação de sala, diferentes problemas.”</i>
P7	<i>“[...] não respondeu.”</i>
P8	<i>“[...] a grande dificuldade na hora de explicar determinados conteúdos e também para que eles se sintam inclusos e não excluídos.”</i>
P9	<i>“[...] a falta de estudo, capacitação na área trabalhada.”</i>
P10	<i>“[...] gosto de alunos com deficiência; pois transmito paciência, amor, dedicação e respeito sua individualidade.”</i>
P11	<i>“[...] não há todos os recursos.”</i>
P12	<i>“[...] nenhuma.”</i>
P13	<i>“[...] não ter espaço para trabalhar com eles. Uma sala de recurso.”</i>
P14	<i>“[...] saber realmente o que trabalhar.”</i>
P15	<i>“[...] falta de ambiente, material adequado e curso específico.”</i>
P16	<i>“[...] a falta de especialização adequada.”</i>
P17	<i>“[...] acredito que seja a falta de apoio da família, que não dá um segmento no trabalho desenvolvido na escola.”</i>
P18	<i>“[...] dificuldade em atender a desmotivação do aluno.”</i>
P19	<i>“[...] o método que implantaram para trabalhar com o aluno especial.”</i>

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Quanto às dificuldades em trabalhar com alunos com NEE, novamente a questão da falta de capacitação se destaca, além da falta de conhecimento na área trabalhada, a

superlotação das salas de aula, a falta de apoio familiar para dar segmento em casa ao que é trabalhado na escola e a falta de materiais adequados, como ficou destacado nos seguintes depoimentos:

“[...] falta de ambiente, material adequado e curso específico” (P 15).

“[...] a falta de estudo, capacitação na área trabalhada” (P 9).

Na fala dos professores P2 e P8, percebemos que os professores têm dificuldades em determinar o conteúdo a ser trabalhado com o aluno com NEE, uma vez que os professores também tem dificuldade de reconhecer as necessidades educacionais dos alunos.

“[...] reconhecer as necessidades que o aluno realmente apresenta” (P 2).

“[...] a grande dificuldade na hora de explicar determinados conteúdos e também para que eles se sintam inclusos e não excluídos” (P 8).

De acordo com a LDBEN (1996), art. 59, cabe aos sistemas de ensino assegurar “aos educandos com necessidades especiais: [...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). Mas, como identificado, isso não vem ocorrendo de forma satisfatória nas escolas do município de Formosa.

Além das perguntas feitas nas entrevistas, foi deixado um espaço caso o docente quisesse acrescentar algum outro comentário sobre o tema da pesquisa. Foi utilizado por oito professores que fizeram apontamentos pertinentes sobre o tema e que estão destacados no quadro 10.

Quadro 10 - Comentários

PROFESSOR	RESPOSTA	Continuação...
P1	<i>“[...] acredito que todo profissional, para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, precisa estar sempre se capacitando.”</i>	
P2	<i>“[...] acredito que é preciso mais capacitação aos professores para que possam desenvolver um trabalho digno.”</i>	
P3	<i>“[...] se o aluno tem um apoio, acredito que o próprio que tem que planejar atividades e dar a atenção necessária e não o professor regente, pois o professor regente já é muito sobrecarregado com varias outras atividades escolares.”</i>	
P6	<i>“[...] valorizar mais esses alunos buscando sempre um profissional para acompanhar diariamente esses alunos, capacitados e dedicados.”</i>	
P8	<i>“[...] as monitoras deveriam ser pessoas preparadas para trabalhar com alunos com NEE.”</i>	
P9	<i>“[...] é uma ótima área a ser trabalhada, mas há uma falta de preparação para a equipe escolar.”</i>	
P17	<i>“[...] acho necessário a formação contínua dos professores, para que o aluno incluso seja melhor atendido.”</i>	
P19	<i>“[...] a pessoa portadora de necessidades especiais precisa seguir as mesmas normas da escola que os demais alunos.”</i>	

Fonte: Entrevista de pesquisa. Elaboração da autora

Dos comentários apresentados, percebemos que muitos mostram preocupação com a formação e a capacitação para trabalhar com os alunos que necessitam de um atendimento especializado. Outros transferem a responsabilidade para os monitores, uma vez que, muitas vezes, a eles é atribuída toda a função de ensinar os alunos com NEE que acompanham e não ao professor regente, como identificado na fala de um professor:

“[...] as monitoras deveriam ser pessoas preparadas para trabalhar com alunos com NEE” (P 8).

Em outra fala, percebemos que o professor acredita que a responsabilidade dos alunos com NEE é do professor de apoio e não entende qual sua função no atendimento aos alunos com NEE,

“[...] se o aluno tem um apoio, acredito que o próprio que tem que planejar atividades e dar a atenção necessária e não o professor regente, pois o professor regente já é muito sobrecarregado com várias outras atividades escolares” (P 3).

Todo aluno que necessita de apoio deve, sim, ter esse apoio em sala de aula, e o próprio nome já diz “professor de apoio” e não “professor regente”. Esse direito está previsto na LDBEN (1996). Cabe ao professor regente preparar as atividades adaptativas necessárias para atender os alunos da inclusão, uma vez que o atendimento deve ser pautado pela inclusão

e não pela exclusão. Contudo, percebemos que o professor, em sua fala, deixa a entender que basta ocorrer a inserção desse aluno na escola e não nas atividades escolares.

Para trabalhar na educação inclusiva, ainda de acordo com as Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), exige-se do profissional da educação.

[...] conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (BRASIL, 2008, p. 11).

Outras falas nos chamam atenção como:

“[...] acredito que todo profissional, para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, precisa estar sempre se capacitando” (P 1).

“[...] acho necessário a formação contínua dos professores, para que o aluno incluso seja melhor atendido” (P 17).

“[...] é uma ótima área a ser trabalhada, mas há uma falta de preparação para a equipe escolar” (P 9).

Das falas apresentadas, de maneira geral, o que se destaca é que os professores desejam ser profissionais capacitados para oferecer melhor atendimento aos alunos com NEE. Essa preocupação é válida, uma vez que, no decorrer do texto, fica patente, em alguns trechos, a falta de preparação e de capacitação dos docentes.

Essa percepção é importante, pois pode incitar os professores a buscarem formação na área. No entanto, apesar de a capacitação do docente ser um elemento importante no processo de inclusão, somente isso não é suficiente para que ela ocorra de forma adequada, pois outras condições devem ser garantidas.

Segundo a LDBEN (1996), cabe às instituições de ensino assegurar adequações quanto ao currículo, ao espaço físico, aos materiais didáticos, à formação e à qualificação de profissionais, possibilitando aos alunos inseridos no processo de inclusão condições para inserção no mercado de trabalho.

Acreditamos que, além desses fatores, existe a necessidade de se exigir que as políticas voltadas à inclusão sejam efetivamente aplicadas. Para isso é necessário que a sociedade as conheça e cobre que os direitos desses alunos com NEE sejam garantidos.

Nesse sentido, percebemos que as escolas municipais de Formosa-GO e a comunidade precisam discutir o processo de inclusão a fim de possibilitar um ensino de qualidade, não somente para os alunos inseridos na inclusão, mas para todos os alunos da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão no âmbito escolar se dá através de várias ações políticas, econômicas, educacionais envolvendo os profissionais de educação, a própria sociedade e a implantação adequada das legislações vigentes. É fundamental que cidadãos e educadores participem desse processo e identifiquem como a inclusão se dá dentro das escolas e como ela é percebida.

O aluno com NEE tem por direito a inclusão no âmbito escolar, como está previsto na LDBEN (1996), em seu Art.58, uma vez que deve receber orientações para seguir em sua vida na sociedade em que ele é inserido, considerando que a inclusão se faz em toda a comunidade. Para isso, devem ser garantidas a esse aluno condições de acesso à educação, respeitando suas necessidades a fim de que possa ter um pleno convívio em sociedade.

Nesse sentido, procuramos saber quais são os desafios encontrados pelos professores que atuam nas séries finais do ensino fundamental nas escolas municipais de Formosa-GO na inclusão de alunos com NEE. Para isso, definimos como objetivos: traçar o perfil dos professores que trabalham com os alunos com NEE; identificar quem são os alunos com NEE atendidos pelos professores participantes da pesquisa, identificar as estratégias adotadas pela instituição e pelos docentes para atender aos alunos com NEE e identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes no atendimento aos alunos com NEE.

Em nossa pesquisa, constatamos que 95% dos docentes são mulheres, com idade acima de 37 anos em sua maioria; 95% possuem licenciatura ou ainda estão se graduando na modalidade de licenciatura. 52% são pedagogas e acompanham os alunos com NEE em todas as disciplinas e chegam a afirmar que ministram todas elas. Verificamos que 74% declararam não ter formação específica para atender adequadamente a esses alunos e somente 26% dos professores declararam possuí-la.

Os alunos reconhecidos pelos professores como incluídos no grupo com NEE foram descritos como sendo aqueles que apresentam distúrbios físicos e intelectuais: com TDAH, autistas, com deficiência motora, auditiva e/ou visual, com deficiências múltiplas, com Síndrome de *Down* e aqueles que apresentavam deficiência intelectual. Os professores, contudo, não mencionaram alunos com altas habilidades/ superdotação.

A concepção dos docentes sobre a inclusão, de maneira geral, está relacionada ao fato de se tentar integrar o aluno com NEE na escola, cabendo, segundo alguns deles descreveram, aos monitores e não ao professor regente a função de prestar-lhe atendimento.

Nos relatos apresentados, percebemos que fica ressaltada como principal vantagem de trabalhar com alunos com NEE a possibilidade de contribuir para a sua socialização com os demais alunos. Já as desvantagens são apresentadas em maior variedade, como: falta de ambiente adequado, material pedagógico insuficiente, falta de profissionais de apoio, falta de apoio da família e falta de preparo profissional. Consideramos, dessa forma, que não há um efetivo processo de inclusão e atendimento adequado a esses alunos, uma vez que os professores entendem inclusão como integrar os alunos com NEE às escolas e apontam inúmeras deficiências no processo de inclusão.

As escolas discutem sobre a inclusão dos alunos com NEE, mas, diante das respostas apresentadas, questionamos sobre a forma como essa discussão é implementada. O que elas têm desencadeado, uma vez que, como identificado, muitos docentes não têm formação adequada para atender a esses alunos? Como prestar um atendimento adequado se a inclusão muitas vezes é entendida como mera inserção desses alunos na escola e o aluno com NEE necessariamente como aquele que só tem problema?

A análise dos dados e as considerações feitas apontam para a necessidade de se ampliar, nas escolas municipais, a discussão sobre a inclusão e sobre o atendimento adequado a ser prestado aos alunos com NEE. Tais discussões devem envolver as políticas públicas municipais, os Projetos político-pedagógicos das escolas e o apoio aos docentes que trabalham com esse público. Dessa maneira, poder-se-ão traçar estratégias para melhoria da qualificação dos profissionais da educação, dando maior atenção às necessidades apresentadas pelas escolas e pelos professores e assim atender de maneira efetiva todos os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO - ABDA. **O que é o TDAH**. Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/br/sobre-tdah/o-que-e-o-tdah.html>>. Acesso em: 16 maio 2015.

BAIRRÃO, J. et al. **Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais**: Subsídios para o Sistema de Educação. Lisboa: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Institui o Plano Nacional de Educação - PNE. 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de janeiro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEEP, 2008.

BRASIL. **Censo da Educação Básica: 2012 – Resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. [S. l.]: SEESP, 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla**. 4. ed. Brasília : MEC/ SEESP, 2006b.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/ SEESP, 2003.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades**

educacionais especiais de alunos com altas habilidades/ superdotação. Brasília: MEC/ SEESP, 2006a.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação. **PROJETO CNE/UNESCO 914BRZ1142.3:** desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade. 2014a. Disponível em:
file:///C:/Users/Alfred/Downloads/educacao_profissional_tecnologica_produto_1.pdf.
 Acesso em: 15 jun.2015.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos:** Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília: UNIFEC, 1990.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Englér. **Inclusão Escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Integração x Inclusão:** escola (de qualidade) para todos. Campinas, SP: LEPED/UNICAMP, 1993. Disponível em: <
http://www.mp.gov.br/portalweb/hp/41/docs/integracao_x_inclusao_escola_de_qualidade_para_todos.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Todas as crianças são bem-vindas à escola!** Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 1997.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing:** edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. **Ressignificando a educação:** a educação inclusiva para seres humanos especiais. 2001. Disponível em: <
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IOSiybfmR4J:https://projetoinclusao.files.wordpress.com/2010/09/ressignificando-a-educacao.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 25 out.2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009: 237-252.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Reação:** Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <<http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/Inclusao%20-0Acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. Uma lição de inclusão social no filme: Uma Lição de Amor. **Reação**: Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, v. 25, pp. 4-5, mar./abr. 2002.

SCHNEIDER, Roseleia. Inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: um desafio para o educador. **Revista de Ciências Humanas**. v. 4, n. 4, p. 85, 2012.

SILVA, Marianela Costa; FERREIRA, Rosa Silva. **Pedagogia**. Curitiba: EADCON, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/105173418/3/Docencia-e-Estagio-Supervisionado>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

SOUZA, Dilmara Veríssimo de; ZIONI, Fabíola. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Saúde soc.** [online], v. 12, n. 2, pp.76-85, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0104-12902003000200008&pid=S0104-12902003000200008&pdf_path=sausoc/v12n2/08.pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=a9gbBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=saberes+docentes+tardif+2014+livro&ots=GEUzG15kVw&sig=bgNb8re7GBLSJEnhQXzJFbZE31Y#v=onepage&q=saberes%20ocentes%20tardif%202014%20livro&f=false>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente hoje: elementos para um quadro de análise. In: _____ (Org.). **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007, p.15-54.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: Unesco, 1994.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cad. Pagu**. [online], n.17-18, pp. 81-103, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Entrevista da pesquisa



TERMO DE CIÊNCIA E LIVRE CONSENTIMENTO

Prezado Profissional de Educação, como parte das atividades a serem desenvolvidas no Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Goiás- Câmpus Formosa, foi proposta a realização de uma pesquisa junto aos Professores que trabalham diretamente com os alunos com **Necessidades Educacionais Especiais – NEE**. O intuito é refletir sobre os desafios encontrados para o Atendimento Educacional Especializado - AEE. A pesquisa será realizada no ensino público da cidade de Formosa-GO e, para tal, necessitamos de sua colaboração para responder esta entrevista. Garantimos que a sua identidade será preservada e as informações aqui prestadas terão a finalidade única de fornecer subsídios para o estudo em questão.

Não é necessário identificar-se.

.....

1-Idade

- () 20 a 25 anos
 () 26 a 31 anos
 () 32 a 37 anos
 () 38 a 44 anos
 () 45 a 51 anos
 () acima de 51 anos

2-Sexo

- () Feminino
 () masculino

3-Nível de escolaridade

- () Ensino médio completo
 () Superior Incompleto
 () Superior Completo

3.1- Capacitação

- () Tecnólogo
 () Bacharel
 () Licenciado

4-Área de formação?

4.1 Ministra qual disciplina para os alunos com NEE?

5- A escola na qual você atua trabalha com inclusão há quanto tempo?

6- Você trabalha há quanto tempo na educação? E há quanto tempo com alunos com NEE?

7- O que você entende por Educação Inclusiva?

8- Você atualmente atende quantos alunos com NEE por turno? _____

9- Quais são as necessidades apresentadas pelos alunos inclusos que você atende?

10- Você tem formação específica para trabalhar com alunos com NEE?

() Sim () Não

11- Teve algum curso de formação continuada que o capacitasse para atuar com alunos NEE?

() Sim () Não

12- Caso tenha respondido sim às questões 10 e/ou 11, por favor descreva qual(is)?

13- Você acredita que a escola colabora para o desenvolvimento dos alunos com NEE?

14 -Você acredita que a escola e os professores estão preparados para atender os alunos da inclusão?

15- A escola discute com os professores e a comunidade a questão da inclusão dos alunos com NEE?

16- Cite as principais vantagens e desvantagens ao se trabalhar com alunos com NEE sobre a inclusão.

() Sim () Não Justifique.

17- Se você descreveu algum curso, por favor, especifique quem ou qual instituição o ofertou?

18- Considera haver na escola disponibilidade de recursos materiais destinados aos alunos com NEE?

19- Você se sente preparado para atuar com alunos com NEE?

() Sim () Não

20-Quais são suas maiores dificuldades ao lidar com alunos NEE?

Caso queira acrescentar algum comentário, utilize esse espaço.

Agradecemos a sua colaboração!